

A ESCOLA COMO ESPAÇO SOCIAL DE MEMÓRIA

Lílian Gleisia Alves dos Santos¹
Felipe Eduardo Ferreira Marta²

RESUMO

Este artigo buscou discutir as questões relacionadas à memória individual e coletiva com foco no cotidiano e vivência no espaço escolar, sem perder de vista os interesses para os quais a mesma foi pensada, criada e organizada. Aborda, também, reflexões relacionadas à identidade, cultura e memória. Para a realização desse trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica exploratória, por meio de uma abordagem qualitativa dialogando com autores, como: Bourdieu e Passeron (1992), Halbwachs (2006) e Jacques Le Goff (2003); além da discussão de textos referentes à escola como espaço sociocultural de reprodução e manutenção ou não do *status quo*, mais especificamente, os que estão direcionados para o campo multidisciplinar da memória. Os estudos apontaram que, a escola é um espaço organizado para a transmissão e disseminação de interesses dominantes que se consolida a partir da vivência e interação de grupos de pessoas dentro de uma temporalidade, assim, memórias individuais e coletivas são evidentes e significativas sob a perspectiva do desenvolvimento social.

Palavras-chave: Instituição escolar, Espaço social, Memória, Cultura.

INTRODUÇÃO

Diante do quadro multidisciplinar e de uma grande quantidade e diversidade de perspectivas teórico-conceituais, tornou-se desafiador estudar a memória dentro do domínio escolar. Contrapondo-se a ideia de que a memória é um fenômeno eminentemente individual, biológico, dominante nas pesquisas até então, Halbwachs (1877-1945), foi o primeiro teórico a analisar, de maneira sistemática, o caráter social da memória, com influência marcadamente durkheimiana. Tal como Durkheim, ele estava preocupado “em estabelecer práticas sociais, de quaisquer que fossem as esferas da vida social, como fatos sociais e investigá-las cientificamente” (SANTOS, 2003, p. 41).

Assim, perceber a escola como espaço sociocultural significa também compreendê-la como espaço de construção de memória. Haja vista que na ótica da cultura, “[...] falar da escola como espaço sociocultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição (DAYRELL, 1999, p. 27). E no que diz respeito ao

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGMLS/UESB. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – *campus* Salinas, liliangleisiasantos@gmail.com;

² Doutor em História pela PUC-SP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS/UESB. Docente do Curso de Licenciatura em Educação Física - UESC, fefmarta@gmail.com.

campo da memória Halbwachs (2006) propõe um sistemático percurso sociológico da memória, pois assegura que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva que, por sua vez, constitui as lembranças.

Nessa perspectiva, este texto surgiu com o interesse em compreender o contexto escolar, pelo viés das memórias que se construíram a partir da vivência de grupos de estudantes e profissionais da educação no ambiente escolar. Já que, os estudos realizados apontam que este espaço foi pensado, preparado e organizado de maneira sistemática, com currículo pronto, horários, regras e espaços determinados com o objetivo de atender às necessidades de um determinado desenvolvimento social. Para tanto, teve como questão-problema: Como as vivências escolares podem ser memorizadas por seus atores, de modo a considerar as necessidades sociais? Dessa maneira, objetivou-se compreender a escola como campo social de saber e preparação para o mercado de trabalho; identificar a escola como espaço de identidade e cultura de um povo; e, estabelecer uma correlação entre cotidiano escolar e a construção da memória individual e coletiva.

Nesse contexto, retomou-se o conceito de instituição de ensino, em que os estudos identificaram que a escola e o discurso nela vivenciado são apresentados para que a percebam de modo idealista e ingênuo, ideias marcadas pelo mito de igualdade e equiparação social. Assim, percebeu-se que há interesses de manutenção e reprodução de um sistema capitalista que se revelam a partir das memórias individuais e coletivas a serem reconstruídas, levando em conta a identidade, a cultura e o espaço sociocultural experienciado continuamente no contexto escolar. Dessa maneira, vale ressaltar que, as discussões realizadas pelos teóricos em estudo, apontam que a instituição de ensino foi criada como espaço para a transmissão de conhecimentos interessados à classe dominante, já que, trata-se de um espaço com tempo determinado a ser dividido concomitantemente por grupos de pessoas para assimilarem um currículo estabelecido. Dessa maneira, conclui-se que a escola é também o *lócus* em que memórias individuais e coletivas são vivenciadas e podem ser reconstruídas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada a esta pesquisa apoiou-se na abordagem qualitativa, de modo em que possibilitou uma análise científica que pôde compreender melhor o objeto de estudo.

Para focalizar essa temática, utilizou-se a pesquisa e a análise bibliográfica, haja vista que tais técnicas se somam e possibilitam um estudo aprofundado sobre o objeto a ser investigado. Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica “é aquela, que se realiza a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. [...] O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, 2007, p. 122).

Quanto ao tipo de pesquisa, optou-se por desenvolver uma pesquisa exploratória, a fim buscar informações sobre o objeto de estudo de forma minuciosa, tendo como ponto de referência as instituições de ensino.

INSTITUIÇÃO ESCOLAR: ESPAÇO SOCIOCULTURAL

Segundo Saviani (2005), a palavra instituição origina-se do latim *institutio, onis*, e apresenta uma variação de significados, que pode ser concebida como: arranjo, disposição, ordenação, instrução, educação, criação, método, escola e/ou sistema. Concebe que o termo *instituição* compreende uma criação humana que apresenta determinada estrutura material para atender necessidades humanas, no entanto, enfatiza que não se trata de qualquer necessidade, mas, de uma necessidade permanente, pois, seu objetivo permeia por um campo contínuo e durável. Assim, “as instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem” (SAVIANI, 2005, p. 28).

Nesse sentido, as instituições vêm para institucionalizar atividades de cunho social, “[...] que antes eram exercidas de forma não institucionalizada, assistemática, informal, espontânea” (SAVIANI, 2005, p. 29). Essa acepção abrange também a instituição escolar, já que se trata de ações/atividades pedagógicas consideradas *necessárias* de disseminação e transmissão de conhecimentos e práticas de interesse da classe dominante. Como já dizia Durkheim (2011), as instituições escolares, as disciplinas e os métodos são fatos sociais. Visto que, a escola foi implantada como um aparelho ideológico de Estado em prol da economia, ou seja, da organização do modo de produção capitalista de uma sociedade.

É nesse sentido que Bourdieu e Passeron (1992) afirmam que a ação pedagógica constitui-se sempre como uma violência simbólica porque visa impor e inculcar certas significações e arbítrios culturais, selecionados uns e excluídos outros. Ela se efetiva por meio da ação da autoridade pedagógica que detém o direito de imposição legítima de significações em que enfatizam o papel da escola como mecanismo de reprodução social. Visa manter a ordem e reproduzir as estruturas das relações de força dos grupos dominantes que ocorre na relação entre mestre e discípulo, em que há uma transmissão inconsciente de transmissor para

receptor. Em outras palavras, a escola – é o ambiente destinado especificamente para o processo didático-pedagógico. É uma interação que se efetiva por uma relação de troca, em que ambos, professor e alunos, aprendem pela dinâmica da circulação de conhecimentos formais e informais (TEIXEIRA, 1996).

Tardif e Lessard (2009) afirmam que, a partir do momento em que a escola e o ensino são tidos como essenciais para o conhecimento, para a socialização e formação para o trabalho, é instalada uma organização direcionada à educação, na qual passa a ter regras, divisão de grupos de trabalho, como para a gestão e a docência, com vistas para a produção industrial e ingresso em empresas. Os modelos de gestão construídos têm como objetivos fornecer conhecimento para formação de alunos com vistas ao mercado de trabalho. Por outro lado, Bourdieu e Passeron (1992) destacam que a relação pedagógica não é uma mera relação de comunicação, na medida em que, a autoridade pedagógica conferida pela instituição impõe uma definição social do que merece ser transmitido. Ou seja, a ação de professores e alunos não faz mais do que obedecer às leis do universo escolar como um sistema de regras e de sanções. Haja vista que, “por serem sociais, as características específicas que distinguem o homem são transmitidas por uma via social: a educação” (DURKHEIM, 2011, p. 12).

Por sua vez, Nascimento (2004) defende que as interações sociais proporcionam desenvolvimento, auxiliando na formação da identidade e na orientação de comportamentos. Mesmo que a interação tenha raízes biológicas, considera-se que não é o bastante para a completude e evolução do ser humano. A combinação da capacidade da interação por meio da veia biológica, mais a interação social direcionada para alguma finalidade, permitem que a comunicação resulte na aprendizagem e no desenvolvimento de funções internas, como a concentração e o controle dos pensamentos, e também da linguagem, que se transpõe em ações externas aos indivíduos.

Para Bourdieu e Passeron (1992) é por meio do trabalho pedagógico que se produz *habitus* homogêneos, duráveis, em série e ao menor custo. Para isso, uma das características fundamentais da instituição escolar é a composição de um corpo de especialistas estáveis, cuja carreira e formação é regida por uma organização especializada, que possui com sucesso a inculcação legítima da cultura. Defendem que, os especialistas - o corpo docente - tende a reproduzir da mesma maneira que recebeu o conhecimento, é um processo de imitação de práticas em que o sistema de ensino atinge seus objetivos por meio da autorreprodução. E, dessa maneira, a cultura escolar é rotinizada, homogeneizada e ritualizada. De acordo com os autores, é um dos motivos que a cultura escolar anda sempre mais atrasada do que as transformações culturais em outras áreas. Nessa perspectiva, afirmam ainda que o papel do

ensino é de firmar a cultura dominante e o professor sem refletir sobre isso, faz uso da instituição escolar com o desígnio de conservação social e perpetuação das relações de classe.

Nessa acepção, é que Bourdieu e Passeron (1992) enfatizam que o estudo de uma cultura torna ineficiente sem considerar a maneira como esta faz a sua disseminação cultural. O enfoque dado pelos autores é um alerta para as múltiplas armadilhas que a todo o momento é imposto pela classe dominante e na maioria das vezes não se percebe “essa mão invisível” que há por detrás dessa ideologia. Quando o ensino é desvinculado do contexto histórico, social e econômico, faz com que a transmissão do currículo seja desarticulada, automática e viciada, de modo a fortalecer as relações de poder.

ESCOLA: IDENTIDADE E CULTURA

Por muito tempo, autores renomados como Dayrell (1999), Bauman (2005), Durkheim (2011), dentre outros, têm buscado compreender o espaço escolar a partir das identidades “social” e “pessoal”, considerando que uma não se dissocia da outra. Nesse contexto, esses aspectos são marcados por mudanças socioculturais em que o indivíduo se encontra num determinado espaço temporal. Desse modo, “a reflexão sobre a identidade aponta para o processo de interação dos indivíduos nos diversos espaços sociais nos quais buscam construir uma gama de sentidos de si mesmos e, simultaneamente, do outro” (CARVALHO, 2012, p. 210). Quando se considera a instituição educativa, isto é, quando se toma a escola na sua especificidade pedagógica, pelas suas próprias características, influencia diretamente na construção da identidade do ser, da sociedade em que está inserido, no seu modo de viver e na cultura de um povo.

Bauman (2005) afirma que o termo “identidade” abarca inúmeras interpretações e conceitos, não sendo possível defini-lo sob uma única percepção e realidade. Para tanto, toma-se para esta discussão a seguinte compreensão: “[...] identidade pessoal (atributos específicos do indivíduo) e/ou identidade social (atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias). [...] a identidade pessoal como e ao mesmo tempo identidade social, superando a falsa dicotomia entre essas duas instâncias” (JACQUES, 2013, p. 139). As identidades, sejam elas individuais ou coletivas, se dá pela trama sócia histórica cultural holística. Isto é, “[...] uma identidade específica seria uma apropriação de diferentes níveis semióticos heterogêneos, presentes na sociedade. Assim, elas sempre são relacionais, pois dependem do reconhecimento do outro” (CARVALHO, 2012, p. 213). Não é possível falar de identidade sem levar em conta o momento histórico, o contexto e a conjuntura social, política, econômica

e cultural em que ela é construída. Tal construção se dá de modo individual e ao mesmo tempo coletivo, pois,

Porque “em cada um de nós, pode-se dizer, existem dois seres que embora se mostrem inseparáveis – a não ser por abstração –, não deixam de ser distintos. Um é composto de todos os estados mentais que dizem respeito apenas a nós mesmos e aos acontecimentos da nossa vida pessoal: é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós não a nossa personalidade, mas sim o grupo ou os grupos diferentes dos quais fazemos parte, tais como as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais e as opiniões coletivas de todo tipo. Este conjunto forma o ser social (DURKHEIM, 2011, p. 11).

Nesse contexto, pode-se dizer que a escola é uma instituição em que a construção da identidade individual e coletiva está presente, além disso, no que diz respeito à memória, favorece o alcance e revelação da própria memória pela consciência do sujeito e do coletivo. Considerando a diversidade cultural e constructo das memórias e das identidades, a educação é um direito imanente, pois, não se trata de algo que simplesmente se recebe, há uma construção consciente do que se atribui valor. Assim,

A cultura é o posto de abastecimento do sistema social; ao penetrar nos “sistemas de personalidade”, no curso dos esforços de manutenção de padrões (ou seja, sendo “internalizada” no processo de “socialização”), ela garante a “identidade consigo mesmo” do sistema ao longo do tempo – “mantém a sociedade funcionando” em sua forma distintamente reconhecível (BAUMAN, 2012, p. 17).

A partir dessa afirmação, o autor compreende ainda que, a cultura é um instrumento influente para o desarranjo, assim como um instrumento para manutenção da ordem. Já que, o trabalho da cultura não consiste tanto em sua autoperpetuação quanto em garantir as condições para futuras experimentações e mudanças. Ou melhor, a cultura se “autoperpetua” na medida em que não o padrão, mas o impulso de modificá-lo, de alterá-lo e substituí-lo por outro padrão continua viável e potente com o passar do tempo, isto é, o que quer que sirva para a preservação de um padrão também enfraquece seu poder (BAUMAN, 2012).

Pode-se dizer que as instituições são espaços dotados de significado a integrar um corpus simbólico de sentidos, “[...] a que se dá o nome de imaginário. Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social” (PESAVENTO, 2008, p. 3). A autora diz ainda que esses espaços são lugares de memória, por se tratar de espaços que contêm um tempo. É nesse sentido que Halbwachs (2006) afirma que, somos obrigados a regular nossas atividades segundo o andar dos ponteiros de um relógio, segundo o compasso adotado por outros e que não considera as nossas preferências, pois, é

preciso que sejamos ávidos com o nosso tempo de modo a não perdê-lo jamais, porque assim comprometeria algumas oportunidades e vantagens que nos proporciona a vida em sociedade. Pode-se perceber claramente nesse contexto, a organização e funcionamento de uma instituição escolar, já que funciona a partir de uma organização espaço temporal: calendário escolar, períodos/dias letivos, carga-horária curricular, dentre outras. Destarte, é nítido que essa instituição foi projetada para o ensino de grupos de pessoas, assim, são estabelecidos horários e regras para que o processo educacional se efetive e ainda viabiliza a convivência social. Esta dinâmica acontece num determinado contexto temporal por grupos de indivíduos, de forma que possam vivenciar as mesmas experiências, apesar de que cada um pode ter uma percepção sobre a mesma, ou seja, a memória coletiva.

Como defende Halbwachs (2006, p. 124), o tempo “[...] nos importa na medida que nos permita reter e lembrar os acontecimentos que ali se ocorreram”. O autor assevera que lembranças nos vêm à tona, e estas nos remete a um contexto de dados temporais que a elas estão ligadas, e, dessa forma, é o modo de localizar o tempo em que os fatos ocorreram. Assim, o conjunto de circunstâncias em que os fatos aconteceram dentro de um determinado período é que trará à tona o episódio ocorrido.

A ESCOLA E A MEMÓRIA COLETIVA

Segundo Le Goff (2003), a memória coletiva além de ser uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. Tendo em vista que, “são as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória” (LE GOFF, 2003, p. 470). Nessas reflexões, podemos inferir que a tradição e organização de uma sociedade se dão por interesses e ideologias dominantes, como já apontavam Bourdieu e Passeron (1992). Assim, a instituição escolar elucida essa tradição, tendo em vista que, é papel da escola trabalhar os princípios e valores que sustentem a manutenção do sistema capitalista, disciplina, normas e ordem social de uma determinada sociedade. Nesse sentido, Rockwell e Ezpeleta (2007, p. 133) afirmam que:

As diferenças regionais, as organizações sociais e sindicais, os professores e suas reivindicações, as diferenças étnicas e o peso relativo da Igreja marcam a origem e a vida de cada escola. A partir daí, dessa expressão local, tomam forma internamente as correlações de forças, as formas de relação predominantes, as prioridades administrativas, as condições trabalhistas, as tradições docentes, que constituem a trama real em que se realiza a educação.

Trata-se de uma dinâmica em que está presente a construção de histórias locais, individuais e coletivas, em que é preciso conhecer como isso se efetiva e qual o significado que fica para os atores que fazem parte dessa trama. Para lançar mão dessas histórias faz-se necessário recorrer às lembranças e à memória individual e coletiva.

No livro “*A memória coletiva*” de Halbwachs apoia num percurso sistemático sociológico da memória, visto que certifica que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva que, por sua vez, constitui as lembranças. Evidenciando o caráter social da memória, Halbwachs (2006) ressalta que para confirmar ou recordar uma lembrança não são necessários testemunhos literais, mas sim uma base comum ou muitos pontos de contato entre as memórias. Portanto, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ocupo e com as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69). Assim, para Ezpeleta e Rockwell (1986, p. 58) cada instituição escolar “[...] interage diversos processos sociais: a reprodução das relações sociais, a criação e a transformação de conhecimentos, a conservação ou destruição da memória coletiva, o controle e a apropriação da instituição, a resistência e a luta contra o poder estabelecido”.

A escola é vista como um espaço de confronto de interesses, pois, por um lado o sistema escolar exerce seu poder de força a partir de conteúdos preestabelecidos, do outro, alunos, professores, a comunidade escolar como um todo que criam uma própria dinâmica de interação o que faz da escola um espaço em movimento constante de construção social. Acerca disso, Chartier (1990, p. 18) destaca que “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Pois, trata-se de classificações e divisões que objetivam organizar e categorizar o mundo social a partir de percepções e interesses de um grupo.

No que diz respeito à escola, foco deste estudo, pode-se vislumbrá-la como espaço de memória social e coletiva já a partir do seu cotidiano e da sua temporariedade. Trata-se de representações do momento de aprendizagem de uma juventude que não está desvinculada de uma projeção cultural e política, pelo contrário, essa juventude é o foco para a preparação a atendimento de tais necessidades almeçadas pela classe dominante. Isso abarca imposição de normas, disseminação de valores, imposição de disciplina, uso de uniformes, recursos didáticos utilizados, atividades e desafios a serem enfrentados em grupo, isto é, são experiências vivenciadas por um grupo de pessoas que ganham sentido e faz parte da memória coletiva do mesmo. Assim, as experiências vivenciadas pela temporariedade do

cotidiano escolar traz memória individual e coletiva que podem ser reconstruídas e compartilhadas.

Dessa maneira, torna-se significativo assinalar que para Halbwachs (2006) a história é uma e define, recorta períodos e privilegia as diferenças, as mudanças e as discontinuidades, além de possuir uma necessidade didática de esquematização. Ao passo que a memória se situa ao lado da fragmentação, da subjetividade, da pluralidade dos grupos e dos indivíduos, sem linhas de separação traçadas com nitidez, como na história. Sob esse ponto de vista, a instituição de ensino pode ser percebida, uma vez que, traz consigo significados, lembranças e memórias vivenciadas por indivíduos e se traduz por meio da memória do ser, documental, patrimonial, material, imaterial e por uma gama de diversidades que podem se concretizar numa memória coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a escola como espaço de construção social implica, assim, compreendê-la como fonte de memória individual e coletiva onde os sujeitos se encontram, vivenciam uma rotina, trocam ideias, saberes, experiências e conhecimentos. Trata-se de um espaço em que, apesar de ter sido projetado para reprodução e manutenção do *status quo*, os sujeitos não agem de maneira passiva dentro dessa estrutura. A relação e interação desses sujeitos dentro da estrutura escolar se efetiva por meio de negociações e conflitos, pois, cada um carrega consigo sua identidade e cultura que se misturam nesse espaço social. Apesar de esse universo institucional buscar continuamente a unificação e determinação dos sujeitos envolvidos, transgressões e alianças coletivas fogem às regras, trata-se de um processo construído por meio de ações entre os sujeitos envolvidos e a própria instituição, assim, efetiva-se o heterogêneo. Deste modo, este estudo não refuta que os indivíduos que vivenciam neste espaço, busquem mudar a direção dos interesses para a qual foi criada e a confrontar interesses.

A apropriação de regras e normas sutilmente impostas no cotidiano da escola perpassa por mudanças que são reelaboradas, elaboradas, e/ou rejeitadas, mediadas pelo contexto socioculturais expressas pelos indivíduos, atores desse contexto. E, dessa maneira a prática pedagógica vai se remodelando e se transformando apesar de todos os esforços de reprodução de uma cultura dominante. Para apreensão desse universo, vale reunir, confrontar, selecionar e analisar as lembranças dos sujeitos, suas memórias individuais e coletivas, bem como outros

recursos materiais e imateriais: documentos, leis, pareceres, resoluções, currículo, monumentos, etc.. Isto é, reconstruir histórias e memórias que precisam ser desveladas em sua totalidade para compreensão das mudanças, temporalidade e ideologias camufladas. Nessa perspectiva, Halbwachs (2006) defende que cada grupo localmente definido tem sua própria memória coletiva e uma representação só dela de seu tempo e, o grupo é quem define o tempo de acordo com as suas necessidades e suas tradições. Ou seja, toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço e, há tantas maneiras de representar o espaço quantos grupos existem.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Ensaaios sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: S.A., 1992.

CARVALHO, Mauro. A construção das identidades no espaço escolar. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v.20, n1, p. 209-227, jan./jun. 2012.

CHARTIER, Roger: **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1999.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Identidade. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa (Org.). **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 6ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

NASCIMENTO, Maria Leticia Barros Pedroso. A criança concreta, completa e contextualizada: a psicologia de Henri Wallon. In: CARRARA, Kester. **Introdução à Psicologia da Educação - seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 3-12, mar. 2008. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ROCKWELL, Elsie; EZPELETA, Justa. A escola: relato de um processo inacabado de construção. **Currículo sem Fronteiras**, México, v. 7, n. 2, p. 131-147, jul./dez. 2007.

SANTOS, José Roberto Morais dos. A Ordem Franciscana no Brasil e suas implicações na constituição do Colégio Seráfico de Santo Antônio (1941- 1971). **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 26, n. 2, p. 46-56, jun./dez. 2017.

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares: conceitos, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**. EDUFU. Uberlândia, n. 04, p. 27-33, jan./dez, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Inês Castro. Os professores como sujeitos sócio-culturais. In: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, p. 179-195, 1996.